

## DO ESTADO NOVO: BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS NO RECIFE

**Gilda Maria Whitaker Verri**

Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Programa em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil.  
gmverri@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-5710-7480>

## RESUMO

A *Proposta de implantação de Bibliotecas Populares* apresentada por um grupo de intelectuais ao Prefeito do Recife, durante o Estado Novo, foi tecida com vista à realização de uma rede de bibliotecas que atendesse às necessidades socioeconômicas e culturais da população de bairros. A realização do projeto, com bibliotecários, uma década depois do lançamento da ideia, repercutiu favoravelmente entre os usuários. O objetivo foi demonstrar como a *Proposta de Implantação de Bibliotecas Populares* foi instituída e como as bibliotecas foram construídas pela Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (DEPT), da Prefeitura Municipal do Recife. A abordagem epistemológica procurou compreender as condições sociopolíticas e institucionais que levaram um grupo de intelectuais a definir a trajetória das bibliotecas na cidade. A pesquisa documental serviu de base para delinear, constituir e dar significado à *Proposta*. Das cinco unidades implantadas restaram apenas duas, edificadas especialmente para atender aos objetivos da *Proposta*.

**Palavras-chave:** Bibliotecas no Estado Novo. Bibliotecários no Estado Novo. Bibliotecas populares no Recife.

## NEW-STATE: LIBRARIES AND LIBRARIANS IN RECIFE

## ABSTRACT

The *Proposal for the implementation of Popular Libraries* presented by a group of intellectuals to the Mayor of Recife, during the Estado Novo, was woven with a view to creating a network of libraries that would meet the socioeconomic and cultural needs of the population of neighborhoods. The realization of the project, with librarians, a decade after the idea was launched, reverberated favorably among users. Objective: to demonstrate how the *Proposal for the implementation of Popular Libraries* was established and how the libraries were built by the Statistics, Advertising and Tourism Directorate (DEPT), of the Municipality of Recife. The epistemological approach sought to understand the socio-political and institutional conditions that led a group of intellectuals to define the trajectory of libraries in the city. The documentary research served as a basis to outline, build and give meaning to the *Proposal*. Of the five units implemented, only two remain, built especially to meet the objectives of the *Proposal*.

**Keywords:** Libraries in the Estado Novo. Librarians in the Estado Novo. Popular libraries in Recife.

Recebido em: 08/09/2020

Aceito em: 15/04/2021

Publicado em: 12/07/2021

## 1 INTRODUÇÃO

Registros gravaram as circunstâncias em que fatores políticos, sociais e econômicos internos e externos suscitaram transformações ocorridas e demarcadas por motivações ideológicas de Getúlio Vargas, e de interesses da elite que o apoiou durante os anos do Estado Novo. Foram ações destinadas a mobilizar a sociedade, ainda rural, para formar uma nação desenvolvimentista e democrática, conforme o conceito defendido por Vargas.

Empreendimentos industriais, novo modelo de quadros técnico-administrativos, normas para o direito do trabalho, adoção de política cultural fora do sistema educacional, unificação da língua portuguesa foram algumas das mudanças sucedidas. Em paralelo, a divulgação da doutrina estadonovista nos meios político-sociais foi feita por serviços e instrumentos culturais submetidos à censura prévia do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), conforme a Constituição de 1937, ou seja, a comunicação de massa propagada via rádio, cinema, música e imprensa esteve sob as ordens do poder executivo central e local (DEIP). Bibliotecas, teatro, folclore e turismo faziam parte dos serviços que propiciaram elevar o nível cultural dos usuários, conforme proposta dos intelectuais modernistas que se relacionavam com Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde. A valorização de projetos culturais aliados aos de desenvolvimento econômico reforçaram “a necessidade de consolidar a unidade nacional e superar o estado de miséria de grande parte da população brasileira, até o desejo de criar condições para transformar o Brasil em uma potência” (CORSI, 2000 p.17).

Das bibliotecas originadas durante o período político-econômico do Estado Novo, de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945, quando Vargas foi deposto, certamente as atividades da Discoteca Pública e da Biblioteca Popular da Encruzilhada marcaram época entre os jovens do Recife. No período, foram definidas e traçadas por intelectuais as linhas do projeto de implantação de uma rede de bibliotecas para bairros populosos, ou arrabaldes —, denominação dada às áreas afastadas do centro da cidade. As circunstâncias socioeconômicas e urbanísticas eram favoráveis à mudança da direção político-ideológica nacional que, no campo da leitura pública, mostrava o sucesso das bibliotecas populares e da Escola de Biblioteconomia administradas pelo Departamento Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo, sob a direção de Mário de Andrade (DUARTE, 1985, p.42-75). As informações divulgadas sobre esses resultados evidenciaram as potencialidades e as condições básicas para a implantação de uma rede de difusão da cultura letrada destinada à “disseminação, no povo, do hábito de ler” (ANDRADE, 1957, p.7). Em complemento, a regulamentação da profissão de bibliotecário por aquele Estado (1937) trouxera contribuição técnica para suprir a falta de especialistas para o exercício das funções de organização e difusão de acervos bibliográficos, evitando situações antes improvisadas.

Essas referências sinalizaram o alcance do principal objetivo deste texto: demonstrar como foi instituída a *Proposta de implantação de Bibliotecas Populares*

e como as bibliotecas foram construídas pela Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (DEPT), da Prefeitura Municipal do Recife, sob a orientação e persistência de José César Regueira Costa. Documentos históricos compulsados permitiram delinear, construir e dar significado à abordagem epistemológica, procurando compreender as condições sociopolíticas e institucionais que levaram um grupo de intelectuais a definir a trajetória das bibliotecas na cidade que, até então, contava apenas com a Pública e o Gabinete Português de Leitura. Essas duas bibliotecas, em precárias condições de funcionamento desde meados do século 19, preservavam a memória da cidade, por esforço e dedicação pessoal de estudiosos, muitas vezes, responsáveis pela guarda dos acervos de informações várias.

Em paralelo, livros antigos e especializados, recebidos por doação, eram concentrados na Faculdade de Direito (RODRIGUES, 2017) e no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano onde, nesses campos intelectuais, alguns professores ou homens de letras exerceram também o ofício de historiador. Ou se encarregaram de romper as amarras censórias ideológicas que impediam a divulgação ampla da leitura. Cuidaram, ao mesmo tempo, de definir posições para a formação dos profissionais em Direito, face à grande renovação legislativa, bem como da conservação dos lastros bibliográficos, como demonstrado no *Catálogo geral da Bibliotheca da Faculdade de Direito do Recife* (1896), organizado por Manuel Cícero Peregrino da Silva e na compilação da vasta *Bibliotheca exótico-brasileira* (1929), do pesquisador Alfredo de Carvalho. Repertórios ou inventários organizados conforme seleção e indicação de autores e títulos básicos da cultura jurídica, histórica e geográfica naquelas instituições.

Pernambuco, marcado pela inquietação política de tantos movimentos separatistas e por necessidades econômico-sociais, teve como Interventor a partir de 1937 o jornalista, professor, advogado da confiança de Vargas, Agamenon Magalhães que, para formar a opinião pública, ao assumir a posição, incluiu nas suas atividades diárias a ampla divulgação e confirmação do ideário estadonovista, redigindo crônicas para a *Folha da Manhã* e leitura do texto na emissora de rádio PRA-8. Para a formação da base administrativa dos negócios do Estado, o interventor-jornalista teve como critérios de escolha auxiliares adeptos das hostes da Congregação Mariana, nomeados em conformidade com os “imperativos da política social” a ser implantada. Daí a nomeação de um “agricultor Prefeito do Recife”, encarregado de planejar as obras necessárias

para transformações urbanísticas, habitacionais e culturais na cidade. A comunicação diária com os ouvintes expunha e justificava os planos e projetos a vir ou em curso, lembrando que “os intelectuais precisam também ser mobilizados; os grandes problemas que preocupam o governo, responsável nessa hora por tudo, devem servir de tema para os que pesquisam, estudam e sabem escrever ou divulgar” (MAGALHÃES, 1985, p.244). O convite sinalizava que “é o papel da cultura apontar os autores em que se tem possibilidade de encontrar ajuda” (BOURDIEU, 2004, p.43). Surgiu, assim, o momento propício para a instalação da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (DEPT) ligada à Prefeitura Municipal. A instituição tornou-se o campo organizacional para a proposta sociopolítica de difusão da leitura em áreas densamente habitadas.

## 2 A DIRETORIA DE ESTATÍSTICA, PROPAGANDA E TURISMO (DEPT)

Em 1939 o Prefeito Antônio de Novaes Filho instituiu a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (DEPT), tendo à frente o economista Manoel de Souza Barros, defensor de projetos socioculturais. Trabalhos direcionados para os registros documentais e fotográficos de monumentos, parques, avenidas, vozes de autoridades, eventos populares, danças e cantos de trabalho ficavam sob a responsabilidade da seção de Propaganda e Turismo, dirigida pelo químico e professor de estatística José César Regueira Costa, também secretário do *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*, da folha de notícias *O Praieiro*, distribuída aos domingos na praia. A seção de Estatística recolhia e estudava os dados referentes a instituições em geral e escolares em particular, mercadorias e alimentos em circulação. A presença frequente de um grupo de pessoas da mesma geração fez da DEPT um verdadeiro lugar de sociabilidade cultural. Mário Sette, escritor, Luís Delgado, jornalista e professor na Faculdade de Direito, Ascenso Ferreira, folclorista e poeta, Lucilo Varejão, romancista e teatrólogo, Mário Melo, jornalista e João Peretti, ambos historiadores e membros do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, estabeleceram um ambiente cultural, onde as conversas, as trocas de conhecimento e as ideias eram discutidas, encaminhadas e materializadas em projetos ou produtos culturais, conforme as disponibilidades orçamentárias. Esse grupo de intelectuais, embora difícil de ser definido, distinguiram-se um do outro, precisamente pela:

“[...] diversa tarefa que desempenham como criadores ou transmissores de ideias ou conhecimentos politicamente relevantes, é [pela] diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político. (BOBBIO, 1997, p.72).

Daí surgiu a *Proposta de implantação de Bibliotecas Populares* redigida por José Césio Regueira Costa, mas defendida pelo diretor da DEPT. O texto visou atender também ao apelo da Campanha de Educação de Adultos, para a “criação de centros de cultura popular, junto às bibliotecas municipais ou outros serviços públicos” (CAMPANHA, 1945, p.265). Assim Souza Barros apresentou a *Proposta* ao Prefeito Novaes Filho:

“Uma verificação que não pode escapar a qualquer pessoa que cuida de problemas de educação é a falta de bibliotecas no Recife [...] já insistimos nessa tecla, sugerindo a criação de bibliotecas nos arrabaldes que chamaríamos *distritais*, para evitar o nome *populares*” (PROPOSTA, 1954, p.2).

Os grifos no texto mereceram comentário de alerta de José Césio Regueira Costa (1954): “a criação de bibliotecas populares, ou melhor das bibliotecas distritais, denominação que o autor da *Proposta* preferia, talvez por mais conveniente ao regime da época, que era o do Estado Novo”, explicou ao prefeito. Entretanto, seguindo Bourdieu (2004, p.43), houve dificuldade em explicar o “popular” do ambíguo “povo”, termos postos em discussão entre os intelectuais, ou seja, como falar do povo ou no lugar do povo, ou para o povo, em diferentes campos de forças desiguais: políticas, religiosas, artísticas. No caso, era o que e como disponibilizar o campo da produção cultural (tal como na religião) para uma “clientela leiga mais despossuída culturalmente”, de modo a distinguir e direcionar a forma e o conteúdo do material bibliográfico considerado “popular” positivo a ser destinado aos consulentes de bairros periféricos. A dificuldade não solucionada, mesmo ganhando relevo e indefinição, deu continuidade às *bibliotecas populares* (destinadas ao povo), visto que o objetivo era:

“A divulgação do livro pelas camadas mais pobres da população não deve ser interpretada como um método de popularização, a fim de não criar confusão entre os problemas de educação propriamente e os problemas de *folk*, ou seja, os problemas de conservação e defesa dos hábitos e costumes populares da região (PROPOSTA, 1954, p.2).

O cuidado com o registro, a preservação e a divulgação do folclore local e da música popular faziam parte das atribuições da DEPT, como um dos itens do ideário estadonovista proposto por Mário de Andrade ao Ministro Gustavo Capanema. Vindo do povo, o folclore era estudado considerando seu campo de manifestação exterior,

mas sem perder os seus próprios elementos interiores. Cabia ao folclorista colher ou identificar as formas menos exteriores das manifestações tradicionais, sem autoria e de apresentação periódica. Portanto, o povo mereceu ser destacado: “como fonte e arquivo de um passado sem registros, que precisam ser recuperados e valorizados” (GOMES, 1966, p.169). Durante o movimento modernista, o folclore era considerado uma demanda educacional, que não se confundia com a disponibilidade de livros. A questão, porém, era a dificuldade em estabelecer a tênue linha divisória que separasse o folclore, a educação formal e a ação cultural ofertada em salas de bibliotecas. Aqui, caberia lembrar as palavras de Descartes citadas por Proust (1991, p. 39): “a leitura de todos os bons livros é como uma conversa com as melhores pessoas dos séculos passados que foram os seus autores”. A linha divisória em defesa das bibliotecas parecia estar na oferta e na difusão dos bons livros. Daí o argumento:

“Invoca-se, quase sempre, o fato de ser o Recife já servido por uma biblioteca estadual. Sem querer fazer apreciações em torno dessa entidade, somos obrigados a explicar que a mesma não tem condições de penetração entre as camadas da população pobre do Recife. Situada no centro, ela serve mais a um grupo de professores e intelectuais e a pequeno número de leitores de revistas, jornais e outros periódicos (PROPOSTA, 1954, p.2).

A Biblioteca Pública sempre fora um lugar destinado a estudiosos e pesquisadores, de demanda reduzida desde que surgira em Olinda. Transferida para o Recife, trocou de endereço até conseguir alocação de verbas específicas e um local fixo no centro, na antiga cadeia pública. No acervo estava a memória de uma época: documentos do período holandês, antigos manuscritos, “uma das mais ricas coleções do Brasil em edições raras” afirmou Agamenon Magalhães em relatório apresentado a Getúlio Vargas. Por isso, as características da Pública eram diferentes dos propósitos a alcançar com as populares, fosse em material bibliográfico a divulgar, fosse em localização. No contexto da cidade, era preciso lembrar que:

“Cerca de dois terços da população pobre espalhada pelos morros e à margem dos mangues, dispendo, apenas de uma biblioteca pública, espécie de repositório de velhos livros e de funcionários emperrados”. [...]

“O Recife, porém, tem condições para criar as suas bibliotecas, deixando ao Estado cuidar, através da sua, quando transformada em órgão central, das do interior, pertencentes a comunas que não possuam condições para cria-las. Não só bibliotecas distritais e subdistritais como uma biblioteca ambulante que pudesse servir, de início, aos arrabaldes não beneficiados

pelas bibliotecas subdistritais e também às comunidades mais afastadas e mesmo aos núcleos rurais de população mais intensa, distanciados do centro urbano” (PROPOSTA, 1954, p.3).

Diante da penúria social e da carência bibliográfica, em uma cidade situada como a mais importante do Norte e Nordeste do Brasil, os autores da *Proposta* precisaram encontrar espaço para além dos termos que criavam a DEPT, pelo Decreto nº144, de 1939. E justificaram não somente a difusão do conhecimento erudito bem como a disponibilidade de livros e periódicos para suprir “a necessidade de uma divulgação regular e oportuna dos principais fatos de ordem econômica, social e cultural, ocorridos na cidade do Recife”. A falta de comunicação dos fatos e o pouco acesso a livros tinham origem estabelecida, como explicou Rui Barbosa: “a chave misteriosa das desgraças que nos afligem, é esta e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria” (BARBOSA, v.10, t.1, p.140). Por isso, a *Proposta* a ser implementada requeria que a institucionalização das bibliotecas e da cultura fosse precedida de estudos de viabilidade e de preparação de pessoal especializado.

A tomada de decisão quanto à localização e à implantação das bibliotecas requeria um trabalho de seleção de obras para a formação de acervo. Portanto, foi necessária a *Sondagem para a criação de uma biblioteca popular*, pesquisa social a cargo do professor de sociologia René Ribeiro, aplicada na Encruzilhada, primeiro local escolhido, “por ser um bairro que apresentava diversos estratos de classes”, afirmou José Césio Regueira Costa, em depoimento (1983). O questionário aplicado aos residentes na localidade incluía os seguintes itens: hábito de leitura do(a) entrevistado(a), grau de instrução, preferência por tipo de publicação. O questionário delineava as expectativas do consulente, visando “criar um novo padrão; dar ao povo aquilo que ele merece ter, educando-lhe o gosto, abrindo sua inteligência à compreensão das coisas do espírito, às mensagens das formas e das cores”, escreveu Edson Nery da Fonseca (1948, p.4).

### 3 OS BIBLIOTECÁRIOS

No Estado Novo as transformações na paisagem urbana foram significativas para a melhoria da produção econômica voltada para as indústrias têxteis, químicas, de alimentos, e negócios de comércio interno e externo, na cidade do Recife. A derrubada de velhos casarões, abertura de avenidas, construção de pontes, praças e jardins, escolas, vilas populares, mercados públicos, ruas, calçamentos, aterros e drenagens

eram trabalhos visíveis de ações que se apoiavam nos dados estatísticos recolhidos, organizados em tabelas e gráficos fornecidos pela DEPT. Eram informações básicas necessárias para soluções e tomada de decisões de problemas técnicos e sociopolíticos, que afloravam na cidade-porto, identificados por engenheiros, arquitetos e do paisagista recém chegado da Europa, Roberto Burle Marx, todos contratados pela Prefeitura. À medida que os trabalhos realizados se evidenciavam, as notícias corriam na cidade. Era o momento de José Césio Regueira Costa e Souza Barros firmarem seus pontos de vista em torno de novos modos de estruturar a implantação e a atuação das bibliotecas. Era a hora de reforçar os argumentos de Mário de Andrade:

“A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas de nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundário, por exemplo... Mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada, criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz, de vontade própria, menos indiferentes à vida nacional. Será talvez esse um passo agigantado para a estabilização de uma entidade racial, que, coitada! Se acha tão desprovida de outras forças de unificação” (ANDRADE, 1957, p.7).

Assegurar o funcionamento de bibliotecas populares que, devido a suas próprias características, eram destinadas a contribuir para a elevação cultural de indivíduos, tinha como ponto de partida saber que “o livro não é apenas uma dádiva, é compreensão e, deve ser principalmente um fenômeno de cultura” (ANDRADE, 1957, p.7). Portanto, os vínculos das bibliotecas com o processo educacional tinham a ver com a formação e o entendimento dos bens e produtos culturais, das práticas e das relações culturais desenvolvidas nessas instituições de aprendizado e de sociabilidade. O lugar da leitura devia proporcionar e estabelecer novas relações sociais entre os homens. Acentuava-se que:

“O problema das bibliotecas populares não se resolve, porém, com qualquer simplória disseminação de amontoados de livros pelos bairros das capitais. É certo que uma biblioteca de espírito realmente moderno não se reduz jamais a um exclusivo amontado de livros, um túmulo de livros [...]. São organismos efetivamente agentes, são verdadeiras escolas disfarçadas, de ensino extra-escolar” (ANDRADE, 1957, p.7).

Ocupar e modernizar o espaço dedicado ao registro e à disseminação da cultura escrita sugeriam um novo conceito de biblioteca: mais dinâmica, mais atuante, mais próxima ao leitor, disponibilizando material bibliográfico para o cotidiano, que possibilitasse a percepção de novos significados e horizontes. Portanto, imprescindível

ter quadros preparados de modo a interagir com os consulentes, colocando e justificando os meios para entender e dar sentido ao ser, ao viver, aos acontecimentos, diante das desigualdades socioeconômicas. A biblioteca seria, então, “o lugar de passagem entre a conservação e a difusão de ideias, sentimentos, valores, saberes e realizações do homem, engendradas por diversas relações ocorridas no interior dos grupos e classes sociais” (VERRI, 2010, p.38), desde que observadas as tendências culturais dos futuros usuários. Portanto, era necessária a atuação de profissionais qualificados para as bibliotecas, conhecedores dos métodos e das práticas condizentes com os processos de organização, administração e comunicação.

Capacitar pessoal em Biblioteconomia era medida urgente para o êxito do projeto, em uma cidade onde era visível a total ausência de profissionais da área. “Césio queria dotar o Recife de uma rede de bibliotecas populares e, para tanto, conseguiu bolsas de estudo para que seus melhores funcionários estudassem Biblioteconomia no Rio de Janeiro e em São Paulo”, lembrou Edson Nery da Fonseca (2002, p.69). Assim, para os cursos recém reabertos da Biblioteca Nacional (1942), no Rio de Janeiro, seguiu o jovem Edson Nery, que deixara o curso de Direito para trabalhar na DEPT, onde se dedicou à redação de “programas de divulgação de nossa música folclórica” e a outras atividades jornalísticas (FONSECA, 2009, p.48). – No Rio, a sua experiência foi ampliada ao trabalhar na Fundação Getúlio Vargas, por indicação da professora Lydia de Queiroz Sambaquy, onde foi auxiliar na catalogação e classificação de obras literárias para a *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*, compilada pelo escritor Otto Maria Carpeaux. – De retorno ao Recife, em 1948, já findo o Estado Novo, Edson Nery da Fonseca foi encarregado de duas atividades: a primeira, planejar e estruturar o Curso de Biblioteconomia, visando formar profissionais para as bibliotecas populares. A segunda, assessorar o diretor e músico José Césio Regueira Costa, no projeto de implantação da discoteca pública, incluindo localização, ambientação, pessoal, equipamentos, acervos de discos e de livros.

Para os Cursos de São Paulo, fundado por Rubens Borba de Moraes, na Escola de Sociologia e Política, sob a coordenação de Maria Luísa Monteiro da Cunha, foi Milton Ferreira de Melo, que ao voltar assumiu a disciplina de catalogação no Curso de Biblioteconomia instalado na Prefeitura. Em seguida, para os Cursos da BN, foi Jorge Abrantes, bacharel em Direito, que também trabalhava na redação do *Jornal*

do *Commercio* e se orgulhava em dedicar-se a uma instituição onde a “missão de registrar todos os movimentos de vida da cidade, de reconstituir o seu passado e de acompanhar e incentivar as suas atividades de cultura” era o objetivo maior, como escreveu em janeiro de 1944 no *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*.

Em 1942 ao tempo em que o primeiro bolsista se preparava para seguir o Curso de Biblioteconomia no Rio de Janeiro, no campo político nacional começou um movimento em torno de Vargas para formar uma base de apoio entre as classes trabalhadoras com a finalidade de o governo autoritário passar para um regime mais aberto. No ano seguinte, ainda que o DIP atuasse cerceando as oposições, foi lançado o *Manifesto dos Mineiros* elaborado por civis e militares, contestando o regime ditatorial. Crescendo o número de opositores em 1944, foram feitas alianças em torno do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência, contando com o apoio de militares do próprio governo. Esses movimentos contrários a Vargas iam se avolumando quando, em janeiro de 1945, intelectuais se reuniram no I Congresso Brasileiro de Escritores, defendendo a imediata redemocratização do país. Em outubro caiu o Estado Novo.

Antes da queda de Vargas, Pernambuco estava sob a intervenção de Etelvino Lins, inflexível no combate aos movimentos contrários ao regime. Enquanto isso, na Prefeitura, Antônio de Novaes Filho acatou a proposta de transformação da DEPT em DDC, *Diretoria de Documentação e Cultura*, diretamente subordinada ao Prefeito, conforme o Decreto-lei nº428, de 8 de junho de 1945. A DDC continuou e ampliou o número de ações antes efetivadas, cuidando do paisagismo dos jardins e das praças, da segurança nas praias, da orquestra sinfônica. Nesse contexto, nos anos seguintes, ganharam espaço as unidades escolares, bem como houve mudanças dos planos curriculares para cursos superiores de Engenharia, Farmácia, Odontologia, Medicina, Belas Artes, Filosofia, Química, com novos programas e currículos na Universidade do Recife instituída em 1946. A decisão de executar a *Proposta de implantação das Bibliotecas Populares* foi reinscrita. Portanto, “graças ao êxito do projeto estadonovista que a elite política pernambucana, que dele participa diretamente, consegue, até mesmo após a queda do regime autoritário, permanecer no poder durante um período de vigência das regras democráticas” (PANDOLFI, 1984, p.212).

A volta dos três primeiros bibliotecários formados em instituições que se firmaram nacionalmente trouxe à Diretoria de Documentação e Cultura a oportunidade de poder

estruturar um curso fundado nos preceitos da Biblioteconomia, tendo por base as disciplinas: Classificação, Referência, Bibliografia, História do Livro, Organização e Administração de bibliotecas. Assim passou a funcionar:

“O primeiro curso de biblioteconomia do Nordeste, cabendo-me a coordenação e as disciplinas Bibliografia e Referência e Catalogação e Classificação. O curso começou em junho de 1948 e acabou em julho de 1949. As aulas eram dadas na antiga Escola de Engenharia na Rua do Hospício. Foi minha primeira experiência docente, numa turma constituída, em sua maior parte, de moças... [...] A solenidade de formatura, realizada no salão nobre da Escola de Engenharia em 30 de julho de 1949, teve Maria Luísa Monteiro da Cunha como paraninfa. Ela passara pelo Recife em março de 1948 e fizera uma palestra no curso que então se iniciava” (FONSECA, 2009, p.57).

Além do sucesso e da preparação do pessoal para dirigir as bibliotecas populares, cabe aqui parênteses para enfatizar que o Curso ministrado na Prefeitura foi exemplo para a Universidade do Recife que, tendo reunido várias unidades de ensino, precisava ter pessoal capacitado para trabalhar em suas unidades básicas. A primeira providência foi contratar o bibliotecário Edson Nery da Fonseca para organizar a Biblioteca da Faculdade de Direito. Assim, foi institucionalizado o primeiro curso universitário de Biblioteconomia, o que levou a bibliotecária Myriam Gusmão de Martins a se pronunciar:

“A criação de um curso de Biblioteconomia não só atenderia às necessidades prementes da Universidade como capacitaria pessoal para outras bibliotecas que surgissem na Região, pois até aquela data só havia capacitação de pessoal em Biblioteconomia em algumas cidades brasileiras” (MARTINS, 2001, p.61).

#### 4. A REALIZAÇÃO DA DISCOTECA PÚBLICA

Depois do Estado Novo, a intensa atividade da DEPT transformada em DDC possibilitou ao diretor José César Regueira Costa trabalhar em uma atmosfera de maior liberdade, visto que “os intelectuais são preparados pela lógica de sua formação para tratar as obras herdadas do passado como uma cultura” (BOURDIEU, 2004, p.43). Para dar continuidade aos planos da DDC, era importante reforçar a apresentação do papel da cultura organizada, visando a ampla divulgação dos frutos do saber escrito e dos registros sonoros:

“Precisamos de que este novo Departamento seja, com efeito, um instrumento inequívoco de cultura, que viva plenamente, tornando-se um órgão plástico, que concorra para a melhoria do nível cultural do povo, pois para o povo ela foi feita e para o povo viverá” (REGUEIRA COSTA, 1948, p.3).

No horizonte, pensado pelos intelectuais, em apoio às elites políticas, dois projetos culturais estavam em andamento: a instalação da primeira biblioteca popular, a ser equipada em sala da Escola Industrial da Encruzilhada, próxima ao largo do bairro de mesmo nome, e a estruturação da Discoteca Pública a ser organizada em edifício situado na principal avenida da cidade. A escolha dos locais indicou que a centralidade e a disponibilidade dos serviços abriam um vasto campo de atuação e de interação com o consulente, o que não se confundia com as atribuições da biblioteca pública, encarregada de reunir, manter e preservar acervos patrimoniais, para fins de estudo e pesquisa.

No projeto modernizador, a DEPT assegurou as formas de captação de recursos e de usos dos registros dos cantos de trabalho tomados nos locais, enquanto o canto coral era desenvolvido em escolas, conforme preconizado na gestão Capanema, tendo à frente Mário de Andrade e Heitor Villa-Lobos. A música exercia um “poder coletivizador e cívico [...], dentre todas as artes, ela é a única que se imiscui no trabalho” avisou Mário de Andrade (apud SCHWARTZMAN, 1984, p.91). Em momento de redemocratização, a continuidade dos trabalhos da DDC abarcou as mudanças e o novo projeto: investir na escuta perfeitamente adequada de obras musicais, ou seja, montar uma discoteca pública de qualidade. Mas tendo por princípio, dar a um elevado número de ouvintes a oportunidade de fruir da boa sonoridade sob formas e estilos orquestrais, ou instrumentais, ou vocais, dos grandes compositores. Era claro que a música, como recepção de um bem cultural, era mais que uma possibilidade de entretenimento, era “um capital destinado a ser exibido [e executado por instrumentos e ou vozes] e a produzir dividendos simbólicos” (BOURDIEU, 2004, p.43). Portanto, a música elevava o sentimento de respeito e de importância social de quem compôs, de como e onde foi produzida e reproduzida. Assim é que:

“A Discoteca não pretenderá vulgarizar a música no sentido mais comum da expressão. Querirá difundi-la, oferecendo aos munícipes de todas as categorias, pelos meios mais aconselháveis, toda a rica criação musical dos povos, dando-lhes a capacidade de sentir e perceber a beleza e a grandeza dessa criação, melhorando o seu gosto, explorando as suas qualidades artísticas, que não secaram, apesar de todas as misérias e todas as angústias” (REGUEIRA COSTA, 1948, p.3).

Das formas de expressão cultural, a música disponibilizada gratuitamente em uma Discoteca pública tornava-se um canal de divulgação que requeria qualidade de transmissão. Portanto, esperava-se da equipe técnica todas as providências e rubricas orçamentárias necessárias para a ambientação do local e organização geral:

verbas, equipamentos, mobiliário, discos, livros, pessoal técnico. Ao final, o projeto e a execução da ambientação, dotada de recursos tecnológicos especiais, tornaram o lugar único, incomparável, na cidade. Tudo planejado com o apoio do musicólogo Curt Lange, do bibliotecário Ernane Cerdeira. No espaço, a ambientação contou com o arquiteto Hamilton Fernandes que acomodou cabines para audição individual, estúdio para gravação, auditório, aparelhagem de som, acervo de 1.500 discos de compositores eruditos: Mozart, Beethoven, Chopin, Bach, Schumann, escolhidos com o auxílio de José Inácio Cabral de Lima. Mais: uma biblioteca especializada, com 600 livros recomendados por Otto Maria Carpeaux, Murilo Mendes e Edson Nery da Fonseca. Da coleção constavam: revistas, jornais locais, história, literatura musical. A organização técnica coube aos bibliotecários Milton Melo, Eolo Ramos de Lima e Azeneth de Almeida.

Findo os trabalhos, em 24 de abril de 1948, com a presença do representante do Governador Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, do Prefeito Manoel César de Moraes Rego, de secretários de Estado e convidados, foi inaugurada a Discoteca Pública Municipal. As palavras de José Césio reforçaram a explicação sobre o caráter cultural do empreendimento:

“Os que idealizaram esta Discoteca acreditam, é certo, na importância fundamental das elites em relação ao progresso das sociedades. Mas acreditam, também, na importância não menor da cultura do povo que compõe essas sociedades e veem a necessidade de, quanto antes, ser elevado esse nível médio de cultura, de que depende, não há negar, em grande parte a cultura dos grupos mais refinados. As elites, é verdade, têm uma grande importância insofismável, mas não são tudo. A elas compete certa orientação, certa estruturação de tudo aquilo que a grande massa, o povo, já atingiu e já conseguiu sedimentar através dos largos anos de vida penosa, de atividade social e cultural” (REGUEIRA COSTA, 1948, p.3).

Para o ouvinte, a escuta sonora erudita escolhida na discografia, tinha ao lado a cultura escrita, para complementar a significação das apresentações musicais, fazer a reconstituição histórica e a interpretação da composição musical. Os textos ampliavam e davam um novo sentido à origem, às regras e às técnicas de execução de cada instrumento ou do conjunto. As duas coleções faziam da Discoteca “um centro de artistas, de intelectuais”, ao lado de encontros marcados com musicistas e artistas plásticos para palestras, daí José Césio reafirmar com ênfase:

“A função do DDC não é cortejar o povo. É, ao contrário, penetrando, inteligente e plasticamente no seu íntimo, elevar o interesse intelectual

ou cultural a níveis bem altos. Abrir-lhes novos horizontes; descobrir-lhes outras paisagens: o mundo maravilhoso que está contido nas páginas de um livro, na palavra dos sábios, nas notas de uma sinfonia” (*Jornal do Commercio*, 1955, 3 nov. p.20).

Todas as atividades da DDC sempre foram estatisticamente registradas e divulgadas pelos jornais diários, dando transparência às realizações municipais. Dentre os nomes dos inscritos e frequentes usuários, que lotavam os espaços da Discoteca, constavam estudantes, intelectuais, professores, comerciários, bancários.

## 5 A REALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA POPULAR DA ENCRUZILHADA

Alguns anos se passaram entre a concepção e a inauguração da primeira Biblioteca Popular no bairro da Encruzilhada, ocasião marcada para 24 de setembro de 1949. Desde o início, a direção da DEPT, transformada em DDC, sabia da inviabilidade de instalar, em edifício próprio, um acervo de livros, ter espaço para circulação e mobiliário. Daí fez acordo com a Escola Industrial da Encruzilhada, pertencente à Secretaria de Educação do Estado, para ocupar uma sala aberta ao público, para consulta, estudo e empréstimo. O local, como dizia o próprio nome do bairro, era passagem para várias localidades densamente habitadas. Ao redor, havia comércio, maternidade, correio, mercado público. As condições favoráveis e as tendências de leitura puderam ser projetadas a partir dos resultados da *Sondagem para a criação de uma biblioteca popular*, ou seja, do questionário aplicado entre homens e mulheres adultos. As informações colhidas em detalhes identificaram variáveis que permitiram formar um acervo que pudesse atrair futuros leitores para literatura, história, biografias até então desconhecidos.

À medida que profissionais liberais, funcionários, comerciantes, estudantes foram conhecendo a Biblioteca, a leitura foi se expandindo junto aos pedidos por horários mais longos. As estatísticas demonstraram que os homens liam mais que as mulheres. Cresciam as escolhas e a procura por livros de ficção e poesia brasileiras e portuguesas: Machado de Assis, José Lins do Rego, Câmara Cascudo, Gonçalves Dias, Castro Alves, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco. Da literatura inglesa, francesa e alemã os escolhidos eram: Bernard Shaw, Oscar Wilde, A. J. Cronin, Chateaubriand, Racine, Molière, Goethe, Rainer Maria Rilke. Dentre os americanos, os requisitados: Edgar Allan Poe, Charles Lindbergh. Biografias, livros de viagem, enciclopédias tinham consulentes certos. Porém, entre os produtos

mais procurados estavam os jornais locais: *Dario de Pernambuco, Jornal do Commercio, Diario da Noite, Folha da Manhã, A Folha do Povo, Jornal Pequeno.*

O sucesso da biblioteca era “o coroamento de um longo esforço, de uma penosa escalada” concluiu José Césio Regueira Costa (1949, p.1), ao discursar no ato de inauguração, solenidade marcada pela ausência do Prefeito da cidade.

## 6 OUTRAS BIBLIOTECAS: A INFANTIL

Devido ao êxito da Discoteca Pública e à movimentação causada pela Biblioteca Popular da Encruzilhada, a DDC programou a instalação de outras, que foram sendo inauguradas a partir de 1950. Por ordem, a terceira unidade foi organizada no bairro de Santo Amaro, densamente habitado, onde o interventor Agamenon Magalhães privilegiara a habitação popular, retirando os mocambos para construir as vilas das Lavadeiras e das Costureiras. O local escolhido foi um espaço anexo ao Grupo Escolar Frei Caneca, com acervo de 2.000 volumes para empréstimo, sala de leitura para adultos, mais uma biblioteca infantil, como a grande novidade decorrente das indicações obtidas na *Sondagem*. Em 24 de fevereiro de 1950 à inauguração estiveram presentes: o Governador Barbosa Lima Sobrinho, o Prefeito Moraes Rego e dois Vereadores, Rivaldo Allain e Sérgio Godoy.

O uso do espaço, onde o mobiliário tinha sido desenhado especialmente para a biblioteca, pelo arquiteto Hélio Feijó, atraía mulheres e crianças para consultar compêndios, obras didáticas, revistas e literatura em geral. Chamava a atenção a coleção de livros infantis oferecida pela primeira vez na cidade. Essa inovação dava ao pequeno leitor a oportunidade de desvendar o que a curiosidade o levava a fazer, uma “operação de caça”: encontrar letras, palavras, imagens, ideias e mensagens com sentidos que poderiam ser percebidos de imediato ou remotamente. O tempo dedicado a ler certamente propiciaria às crianças melhor aprendizado escolar e desenvolvimento intelectual. O feito mereceu comentários da bibliotecária Letícia de Andrade Lima, que trabalhara na organização da coleção para crianças:

“Em lugar de ser interrogada por um professor ou um colega, acerca do livro que deseja ler, ela deve ser deixada perante os livros, fazendo sua livre escolha, enquanto a função do professor-bibliotecário se limita a um discreto estímulo ou sugestão, quando necessário” (LIMA, 1949, p. 3).

## 7. OUTRAS BIBLIOTECAS: CASA AMARELA E AFOGADOS

As atividades das duas unidades culturais da DDC, que apresentavam estatísticas sempre crescentes do movimento mensal, repercutiram nos jornais da cidade, acrescidas da divulgação das exposições artísticas, dos concertos sinfônicos, da presença de artistas e escritores, participando de palestras e debates com o público. Ações que caracterizaram a forma inovadora de aproximação e comunicação entre os grupos interessados em literatura e artes. As edições do *Boletim da Cidade e do Porto do Recife*, bem como a revista *Arquivos* (1942) puseram a História da cidade ao alcance de leitores e estudiosos. Institucionalizadas as bibliotecas, outros meios e instrumentos de cultura escrita e sonora contribuíram para elevar o nível intelectual dos usuários, conforme objetivo do humanista José Césio Regueira Costa, que pensava os livros, a literatura e a música clássica como imensos tesouros culturais a desvelar. Aos poucos, a importância dessas instituições, que passaram a fazer parte do cotidiano local, foi percebida pelas autoridades políticas. O progresso social sob a ordem da política vigente seguia caminhos percebidos e identificados por intelectuais de diferentes campos que, desde o Estado Novo, discutiam os problemas comuns dos habitantes vivendo com menores condições financeiras. No contexto, seria desejável que no meio sociocultural as bibliotecas ampliassem as condições de formação e informação para os indivíduos. Que achar os livros nunca imaginados fosse de grande importância quando descobertos, diria Umberto Eco. Daí decisões foram necessárias, para que medidas concretas validassem as rubricas orçamentárias destinadas à construção de edifícios planejados para abrigar uma biblioteca de livre acesso, com estoque disponível para Humanidades, Ciências, Filosofia, Religião, revistas e jornais.

Em 21 de setembro de 1949 o Prefeito Manoel César de Moraes Rego sancionou a Lei nº 436, autorizando a construção da Biblioteca Popular de Casa Amarela. Reduto de políticos, o bairro densamente povoado mantinha comércio popular, mercado público, escolas e praças, que atraíam moradores dos morros: operários de fábricas, da construção civil, outros ocupados e desocupados. Para demarcar a qualidade e a novidade dos serviços oferecidos à população, foi contratado o projeto arquitetônico de Heitor Maia Neto onde constavam mobiliário integrado aos espaços para acervo, leitura, administração, sala para crianças, auditório, copa e sanitários. O edifício inaugurado em 28 de janeiro de 1952 ocupou uma área com jardim, em rua próxima ao centro comercial,

expondo na fachada um painel de Hélio Feijó, também autor de grande pintura no hall de entrada da Discoteca. Embora a área construída fosse de pequenas dimensões, o elevado padrão da obra foi destacado na inauguração pelos convidados que vieram de fora, como o diretor da Biblioteca Pública de São Paulo, Sérgio Milliet e Denise Fernandes Tavares, idealizadora da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, em Salvador. Pelos registros nos jornais, o Governador eleito Agamenon Magalhães passou rapidamente pelo local, com o então Prefeito Antônio Pereira, tendo priorizado a inauguração de uma praça próxima. — Vale lembrar que os discursos feitos na praça congregaram número maior de eleitores se comparado ao de convidados para a cerimônia na Biblioteca.

A repercussão social das atividades ampliou as possibilidades políticas de criação de bibliotecas em bairros populosos, como Beberibe e Estância. Mas por não executadas, devido às limitações orçamentárias, foram substituídas pelo projeto de arquitetura de Fernando Menezes, para o edifício da Biblioteca Popular de Afogados, lugar histórico outrora ocupado por holandeses onde algumas rebeliões aconteceram. Ali jornais de caráter político foram impressos: *Liberal Afogadense*, *O Verdadeiro*, *Alvorada*. Perto do Largo da Paz, a área construída tinha também nas proximidades: o campo de pouso do Zeppelin, utilizado na década de 1930, a capela (1593) tornada matriz de Nossa Senhora da Paz (1873), o depósito e as oficinas de bondes *The Pernambuco Tramways & Power Company Ltd*. Um conjunto de dois edifícios compunha o espaço da biblioteca, tendo, de um lado, o auditório, do outro, a disposição de estantes de livre acesso, salão de leitura, área para crianças, administração, sanitários. O mobiliário foi especialmente desenhado pelo *designer* Aloísio Magalhães.

Inaugurada em 12 de janeiro de 1955 os discursos marcaram as presenças do Governador Etelvino Lins, do Prefeito José do Rego Maciel, do vereador Antônio de Souza, que se empenhara para construção do edifício, do diretor da DDC José César Regueira Costa. Convidados e leitores ouviram elogios à necessária e desejada biblioteca construída em local de grande concentração de estudantes e de profissionais. Foram ainda mencionados os serviços do ônibus biblioteca, do posto de empréstimo de livros na Avenida Conde da Boa Vista, as exposições de arte e os concertos da Orquestra Sinfônica. Nas estantes constavam os clássicos da literatura universal e brasileira, biografias, obras técnico-profissionais, coleções: Brasiliana, Atualidades Pedagógicas, Iniciação Técnico-científica, Espírito Moderno, Mar e Ar, Moças. O acervo demonstrava

que ler era compreender um texto, ativar um saber anterior, conhecer códigos, esquemas e repertórios, enfim, crescer intelectualmente. Portanto, a produção bibliográfica centralizada e disponível para consulta e empréstimo conduzia à leitura construtiva, sendo essa atividade “a maneira mais fácil de levar cultura às camadas mais baixas da população [portanto] benéfica ao povo”, assinalou o *Jornal do Commercio*.

## 8 CONCLUSÃO

Ao longo do Estado Novo, dos anos 1940 e no decorrer dos 1950, as palavras que definiram as ações para a *Proposta de Implantação de Bibliotecas Populares* estiveram sob a orientação política de “um órgão plástico, que concorria para a melhoria do nível cultural do povo, pois para o povo ela foi feita e para o povo viverá”. Nesse sentido, o moderno conceito de democracia defendido no estadonovismo deu início, para as letras e as artes, a implantação de uma rede de bens e serviços defendida por um grupo de intelectuais, que se mobilizou para que houvesse *para o povo*, recursos materiais de qualidade, até então, indisponíveis desde o período colonial. Os novos conceitos de biblioteca como um espaço sociocultural de preservação e difusão de conhecimentos e saberes alteraram as relações e as atitudes do leitor diante do livro, provocando impactos no processo de busca pela informação, formação e entretenimento. O modelo diferenciado de biblioteca popular exigiu esforços conjuntos de uma equipe profissional conduzida com a perseverança do humanista José Césio Regueira Costa, sempre dedicado às questões socioculturais no âmbito na Prefeitura Municipal do Recife. As primeiras unidades da rede, a Discoteca e a Biblioteca Popular da Encruzilhada, tiveram os espaços tomados por usuários que encontraram entre sons e leituras diferentes sentimentos, interpretações, ideias, gravados em obras sonoras ou escritas. Todavia, das cinco unidades da rede, restaram apenas a de Casa Amarela e a de Afogados para difundir e preservar a leitura.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Jorge. **Prosa breve**. Recife: Associação da Imprensa de Pernambuco, 1976.
- ANDRADE, Mário de. Bibliotecas populares. **Revista Livros**, Rio de Janeiro, v.2, n.5, mar. 1957.
- ANDRADE, Mário de. **Os filhos da Candinha** (Crônicas). São Paulo: Martins, 1943.
- BARBOSA, Rui. **Obras completas**. Rio de Janeiro: MEC [s. n.] v. 10, t. 1, p. 140. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm>. Acesso em: 25 ago. 2020.

- BARROS, Manoel de Souza. **A década de 20 em Pernambuco** (Uma interpretação). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985.
- BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções de homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão técnica: Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CAMPANHA de Educação de Adultos. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.5, n.13, p.263-278, jul. 1945.
- CARVALHO, Alfredo de. **Bibliotheca exótico-brasileira**. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Editora, 1929. 3v.
- CATALOGO da Bibliotheca da Faculdade de Direito do Recife. Recife: Empresa d'A Provincia, 1896.
- CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo**: política externa e projeto nacional. São Paulo: UNESP: FAPESP, 2000.
- DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. Prefácio de Antônio Cândido. São Paulo: Hucitec, 1977.
- FONSECA, Edson Nery da. Aula inaugural do Curso de Biblioteconomia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 dez. 1948, p.4.
- FONSECA, Edson Nery da. Homem múltiplo: José Césio Regueira Costa. In: FONSECA, Edson Nery da. **O Recife revisitado**. Natal: EDUFRN, 2002.
- FONSECA, Edson Nery da. A propósito do curso de Biblioteconomia da Universidade do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 jan. 1950, p.4; 15 jan. 1950, p.2; 18 jan. 1950, p.2.
- FONSECA, Edson Nery da. **Vão-se os dias e eu fico**: memórias e evocações. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LIMA, Letícia de Andrade. A criança e o livro. **Jornal do Commercio**, Recife, p.3, 20 nov. 1949.
- MAGALHÃES, Agamenon. **Ideias e lutas**. Recife: Fundarpe, 1985.
- MAGALHÃES, Agamenon. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Pres. República**. Recife: Imprensa Oficial, 1940.
- MARTINS, Myriam Gusmão de. Curso de Biblioteconomia da Universidade do Recife. In: MOTA, Antônio; VERRI, G.M.W. **Interpretação de Edson Nery da Fonseca**. Recife: Bagaço, 2001.
- MELLO, Milton Ferreira de. Bibliotecas populares do Recife. **Cadernos Biblioteconomia**, Recife, n.1, p.42-45, jul. 1973.
- NOVAES FILHO, Antônio. **Seis anos de administração municipal**. Relatório apresentado pelo Prefeito A. de Novaes Filho ao Interventor Agamenon Magalhaes em dezembro de 1944 (1937-1943). Recife: Prefeitura, 1946.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Massangana, 1984.
- PROUST, Marcel. **Sobre a leitura**. Prefácio de José Augusto Mourão. Lisboa: Passagens, 1991.
- RECIFE. **Bibliotecas populares no Recife**. Recife: Diretoria de Documentação e Cultura, 1951.
- RECIFE. **Decreto nº 144, de 01 de março de 1939**. Cria a Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo do Município do Recife e dá outras providências. Regulamento a que se refere o Art. 4º do Dec. 144, de 1º de março de 1939.
- RECIFE. **Decreto nº 16, de 13 de agosto de 1945**. Dispõe sobre acervo que especifica. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/1945/1/16/decreto-n-16-1945-dispoe-sobre-acervo-que-especifica.html> Acesso em: 04 set. 2020.

RECIFE. **Decreto-lei nº 428, de 8 de junho de 1945.** Cria a Diretoria do Documentação e Cultura e dá outras providências.

RECIFE. **Lei nº 1.686, 5 de março de 1952.** Autoriza instalar biblioteca popular em Areias e Afogados. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/1952/169/1686/lei-ordinaria-n-1686-1952-autoriza-instalar-biblioteca-popular-em-areias-e-afogados?q=+5+de+mar%C3%A7o+de+1952>. Acesso em: 04 set. 2020.

REGUEIRA COSTA, José Césio. Bibliotecários e livros. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 ago. 1979, s.2, p.1.

REGUEIRA COSTA, José Césio. **Bibliotecas populares.** Recife, 1954. Inédito.

REGUEIRA COSTA, José Césio. A Discoteca municipal. **Folha da Manhã**, vespertina, Recife. 26 abr. 1948. Vida artística, p.3.

RIBEIRO, René. **Sondagem para a criação de uma biblioteca popular.** Recife [s.n.]

RODRIGUES, Lígia Santos da Silva. **Memória da Faculdade de Direito do Recife: formação do acervo bibliográfico (1828-1835).** 2017. 391f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/27814/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Ligia%20Santos%20da%20Silva%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 2.839, de 5 de janeiro de 1937.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1937/lei-2839-05.01.1937.html>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SCHWARTZMAN, Simon, *et al.* **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo, Edusp, 1954.

VERRI, Gilda Maria W. **Templários da ausência.** Recife: EDUFPE, 2010.